


# O ATOR DA ENUNCIÇÃO NO DISCURSO DE BARACK OBAMA NA RECEPÇÃO DO NOBEL DA PAZ

---

**Ricardo Chaves Fukusava\***

 <https://orcid.org/0000-0001-8120-6649>

**José Gaston Hilgert\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-2586-9920>

**Como citar este artigo:** FUKUSAVA, R. C.; HILGERT, J. G. O ator da enunciação no discurso de Barack Obama na recepção do Nobel da Paz. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2021. DOI 10.5935/1980-6914/eLETL2114919

**Submissão:** outubro de 2021. **Aceite:** novembro de 2021.

**Resumo:** Definimos o objeto deste estudo como um produto da enunciação. São os elementos nele acessíveis que revelam as estratégias do enunciador na construção do ator da enunciação, que emerge, basicamente, das operações enunciativo-argumentativas entre enunciador e enunciatário, e da forma como as estruturas narrativas vão assumindo concretude e corporeidade por investimentos figurativos e temáticos. Da análise desses elementos despontou, no discurso analisado, o chefe de Estado consciente de seu papel de líder na construção da paz mundial.

**Palavras-chave:** Discurso. Ator da enunciação. *Éthos* discursivo. Barack Obama. Nobel da Paz.

---

\* Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: ricardofukusawa@gmail.com

\*\* UPM, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: gastonh@uol.com.br

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

■ **E**m outubro de 2009, o Comitê Nobel Norueguês atribuiu o Prêmio Nobel da Paz a Barack Obama, justificando a decisão com o seguinte comunicado:

*O Comitê Nobel Norueguês decidiu que o Prêmio Nobel da Paz 2009 será atribuído ao presidente Barack Obama por seus extraordinários esforços para fortalecer a diplomacia internacional e a cooperação entre os povos. O comitê deu muita importância à visão e aos esforços de Obama na perspectiva de um mundo sem armas nucleares.*

*Como presidente, Obama gerou um novo clima na política internacional. A diplomacia multilateral voltou a ocupar uma posição central, com ênfase no papel que as Nações Unidas e outras instituições podem desempenhar.*

*Preferimos o diálogo e as negociações como instrumentos para resolver inclusive os conflitos internacionais mais difíceis. A visão de um mundo livre de armas nucleares estimulou poderosamente as negociações sobre o desarmamento e o controle armamentista. Graças à iniciativa de Obama, os Estados Unidos desempenham atualmente um papel mais construtivo para enfrentar os grandes desafios climáticos que o mundo enfrenta. A democracia e os direitos humanos serão fortalecidos.*

*Raríssimas vezes uma pessoa atraiu a atenção mundial e deu a seu povo a esperança de um futuro melhor, tanto como Obama. Sua diplomacia está baseada no conceito de que quem tem que dirigir o mundo deve fazê-lo baseando-se em valores e atitudes que são compartilhados pela maior parte da população mundial.*

*Há 108 anos, o Comitê Nobel Norueguês vem tentando estimular precisamente esta política internacional e estas atitudes das quais Obama é atualmente o principal porta-voz mundial. O Comitê apoia o apelo de Obama de que “chegou a hora de todos nós assumirmos nossa parte de responsabilidade para uma resposta global a desafios globais”.*

*Oslo, 9 de outubro de 2009<sup>1</sup>.*

Como se vê, o Comitê não assenta sua argumentação, para justificar o Prêmio, no currículo de grandes feitos até então realizados por Barack Obama como presidente dos Estados Unidos. Afinal, estava ele no posto havia apenas nove meses. Segundo o entendimento do Comitê, foram os projetos do laureado para seu país e para o mundo e seus primeiros movimentos para realizá-los que determinaram a decisão. Em vez de promover a guerra, como fez seu antecessor, Obama teria começado sua gestão buscando assentar as bases de um mundo sem armas nucleares, fortalecendo “a diplomacia internacional e a cooperação entre os povos”. Nesse sentido, o Comitê prestigiou o diálogo e as negociações como as estratégias para a solução de conflitos mundiais e, até mesmo, para enfrentar os desafios das mudanças climáticas. Em suma, o Comitê apostou, ao tomar sua decisão, nas atitudes e valores defendidos e preconizados por Obama em seus projetos, e na esperança de que eles, se realizando, promoveriam a paz mundial.

<sup>1</sup> Obama é o Nobel da Paz de 2009. *Veja*, 9 out. 2009. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/obama-e-o-nobel-da-paz-de-2009/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Com essas justificativas, o Comitê neutralizou, ao menos em parte, a principal crítica à distinção de Obama, a de que ela teria sido prematura, de que deveriam tê-la deixado para anos futuros, depois que o então recém-empossado presidente fizesse jus ao prêmio com base em suas realizações. Houve também acusações de incoerência na premiação justamente por estarem os Estados Unidos, na época, envolvidos em duas guerras, no Afeganistão e no Iraque, fato que o próprio laureado reconheceu e tentou justificar em seu discurso. Essa mesma crítica se estende ao fato mais amplo de o laureado ser o presidente de uma nação que é, historicamente, conhecida por promover e apoiar guerras em diferentes partes do mundo. Em suma, o paradoxo de conferir a insígnia máxima de promoção da paz a quem preside uma nação envolvida em guerras em curso, e acusada de ter liderado muitas outras no passado recente, gerou controvérsias e contestações<sup>2</sup> na imprensa mundial. Toda essa polêmica é instância constituinte do discurso proferido pelo laureado, no palco da recepção do prêmio, e, portanto, fator determinante na construção do *éthos* de seu enunciador.

## OBJETIVOS E BASE TEÓRICA

Este estudo faz uma análise do referido discurso<sup>3</sup> com o objetivo de dar evidência ao *éthos* de seu enunciador, o que implica, no caso, mostrar a construção do ator da enunciação na voz do narrador do enunciado-texto. Para procedermos à análise, precisamos, antes, definir os conceitos básicos de enunciação, enunciador, enunciatário, ator da enunciação e de *éthos* discursivo.

Entendemos que o objeto de nosso estudo é o enunciado-texto produto da enunciação, ou seja, produto da interação entre enunciador e enunciatário. A relação entre esses actantes do discurso constitui uma instância pressuposta pela própria existência do enunciado. Por isso se diz que o enunciado é o produto da enunciação. O enunciador é comumente definido como sendo o sujeito da enunciação. Este, contudo, é de natureza mais complexa, na medida em que o enunciador, ao enunciar, é “instruído”, em suas escolhas, pelo que sabe ou julga saber sobre seu enunciatário. Em outras palavras, o simulacro que o enunciador constrói de seu enunciatário é determinante na configuração da enunciação. Disso decorre que ambos, enunciador e enunciatário, determinam a configuração do fazer enunciativo, constituindo ambos, assim, o sujeito da enunciação (GREIMAS; COURTÈS, 2008, p. 150).

No âmbito do enunciado-texto, enunciador e enunciatário pressupostos fazem-se representar pelo narrador e pelo narratário. “O narrador é a voz responsável pela condução daquilo que se fala e o narratário é o tu a quem ele se dirige” (FIORIN, 2008, p. 56). São os elementos do enunciado que dão acesso à enunciação e, assim, revelam o caráter do enunciador constituído na interação com o enunciatário. É na voz do narrador, portanto, que o *éthos* do enunciador se revela.

2 Contestações não são novidade na história das distinções do Nobel da Paz. Henry Kissinger (1973) ganhou o prêmio por suas iniciativas em dar fim à Guerra do Vietnã, no entanto apoiou, enquanto foi Secretário de Estado dos Estados Unidos, ditaduras latino-americanas; Yasser Arafat (1994) recebeu-o pelo Acordo de Oslo, apesar de ter sido responsabilizado por ataques terroristas; outros comprometeram a distinção a *posteriori*, como Aung San Suu Kyi (1991), que foi contemplada com o prêmio por ter vencido a ditadura em Mianmar, mas teria sido conivente, mais tarde, com o massacre da minoria muçulmana rohingya em seu país; Abiy Ahmed (2019), primeiro-ministro da Etiópia, laureado por ter encerrado a guerra com a Eritreia, não tardou em liderar uma guerra interna contra o povo Tigray.

3 Analisamos a tradução do discurso, feita por Paulo Migliacci, publicada em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/confira-o-discurso-de-barack-obama-ao-receber-o-nobel-da-paz,602dfa2aa9aea310VgnCLD200000bbebc60aRCRD.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

A noção de *éthos* remonta à *Retórica* de Aristóteles (2019, p. 46), em que se lê:

*A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal [éthos] do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito. Confiamos em pessoas de bem de modo mais pleno e mais prontamente do que em outras pessoas, o que é válido geralmente, não importa qual seja a questão, e absolutamente válido quando a certeza exata é impossível e há divergência de opiniões. Esse tipo de persuasão, semelhantemente aos outros, deve ser conseguido pelo que é dito pelo orador [isto é, o impacto do discurso], e não pelo que as pessoas pensam acerca de seu caráter antes que ele inicie o discurso.*

Chamam a atenção, nessa passagem, duas instâncias das quais o *éthos* emerge: 1. a “maneira” como o discurso é construído e organizado, isto é, as instâncias que o enunciador mobiliza para expor suas opiniões e crenças, e sustentar sua argumentação; 2. o “dito pelo orador”, ou seja, o impacto dos sentidos produzidos pela trama figurativo-temática e argumentativa. O *éthos* do enunciador não decorre, portanto, de autodeclaração. O *éthos* de um professor competente, diz Fiorin (2008, p. 139), “constrói-se na maneira como organiza as aulas, como discorre sobre os temas etc. À medida que ele vai falando sobre a matéria, vai dizendo *sou competente*”, e não ao dizer de si mesmo, *eu sou competente*. Se assim procedesse, revelaria, a depender do contexto, o *éthos* de um sujeito convencido, vaidoso ou mesmo arrogante. Em síntese, ainda segundo Fiorin (2008), os traços constitutivos do *éthos* do enunciador revelam-se na recorrência de elementos temáticos, composicionais, estilísticos na construção do discurso como, entre outros, os assuntos em foco, o modo de construção dos personagens, a configuração argumentativa, os recursos figurativos, o nível de linguagem usado, o ritmo da enunciação. Em outras palavras, o *éthos* do enunciador se revela à medida que ele, na voz do narrador, constrói, no enunciado, o ator da enunciação.

*A actorialização é um dos componentes da discursivização e constitui-se por operações combinadas que se dão tanto no componente sintático quanto no semântico do discurso. Os mecanismos da sintaxe discursiva, debreagem e embreagem, instalam no enunciado a pessoa. Tematizada e figurativizada, esta converte-se [sic] em ator do discurso (FIORIN, 1996, p. 59).*

Em suma, o ator da enunciação constrói-se no modo como evoluem no enunciado-texto as operações enunciativo-argumentativas entre enunciador e enunciatário e na forma como as estruturas narrativas vão assumindo concretude e corporeidade por investimentos figurativos e temáticos.

O nosso objeto de estudo, como dissemos, é o enunciado-discurso proferido por Barack Obama, na ocasião do recebimento da premiação do Nobel da Paz. Nosso foco não é, portanto, o Barack Obama real, mas ele enquanto ator da enunciação construído pelo enunciado, o que implica ser o propósito geral deste estudo revelar a imagem, o caráter, o *éthos* do enunciador que emerge dessa construção.

## AS VÁRIAS FACES DO ATOR DA ENUNCIÇÃO

Para operacionalizar nossa análise, selecionamos seções do enunciado-discurso que pudessem explicitar as diversas faces do ator da enunciação e, ao mesmo tempo, concorrer para a definição do *éthos* dominante no discurso.

## Humildade e reverência

*Suas majestades, suas altezas, distintos membros do comitê norueguês do Nobel, cidadãos dos Estados Unidos e cidadãos do mundo:*

*Recebo esta honraria com profunda gratidão e grande humildade. Trata-se de um prêmio que fala às nossas mais elevadas aspirações e dispõe que, apesar de todas as crueldades e dificuldades de nosso mundo, não somos simples prisioneiros do destino. Nossas ações fazem diferença, e podem fazer com [sic] que a História se incline na direção da justiça.*

*E, no entanto, seria leviano de minha parte se eu não reconhecesse a considerável controvérsia gerada por sua generosa decisão. Em parte, isso aconteceu porque estou no começo, e não no final, de meus esforços no cenário mundial. Comparadas às de alguns dos gigantes históricos que receberam o prêmio – Schweitzer e King, Marshall e Mandela –, minhas realizações são modestas. E há também os homens e mulheres de todo o mundo que foram encarcerados e agredidos em sua busca pela justiça; aqueles que batalham em organizações humanitárias para minorar os sofrimentos; os milhões de pessoas que passam despercebidas mas cujos atos silenciosos de coragem e compaixão inspiram até mesmo os mais cínicos. Não posso discutir com aqueles que consideram que esses homens e mulheres – alguns conhecidos e outros obscuros para todos a não ser aqueles a quem ajudam – mereçam muito mais que eu a honraria que ora recebo (OBAMA, 2009).*

O narrador abre o discurso com cumprimentos formais e solenes ao casal real da Noruega, aos “distintos” membros do Comitê do Nobel e, no mesmo contexto de formalidade e solenidade, cumprimenta os cidadãos de seu país e do mundo. Revela-se, na saudação de abertura, um distanciamento respeitoso, particularmente evidenciado no efeito de individualidade e pessoalidade produzido pela debreagem enunciativa que segue. Com efeito, assumindo o “eu”, o narrador despe-se da aura de autoridade inerente à sua representação actorial de presidente dos Estados Unidos, erigindo, assim, um ator da enunciação que é pessoa como as outras, cidadão que acolhe com “profunda gratidão e grande humildade” a honraria com que foi distinguido. Essa postura de humildade e respeito assume particular evidência, quando contraposta, na sequência imediata, ao pronome *nós*, inclusivo, que enaltece a nobreza do prêmio e a grandeza das razões que o trouxeram à existência, uma vez que ele “fala a nossas aspirações mais elevadas”, dispondo-nos ativamente “na direção da justiça”, apesar de “todas as crueldades e das atribulações de nosso mundo” (grifo nosso). A magnitude significativa do prêmio justifica, portanto, a humildade e o respeito em acolhê-lo. O fazer inclusivo do pronome *nós* também concorre para um efeito de sentido de cumplicidade com os destinatários-sujeitos, na medida em que instaura com eles um contrato fiduciário fundado no pressuposto de que todos compartilhamos os mesmos valores.

O enunciador, ao projetar-se como *eu* no enunciado-texto, constrói um ator da enunciação que, despido de seu papel temático, se põe no patamar de seus críticos, assume com eles uma relação de diálogo *eu/você*, institui-os como sujeitos da interlocução, disposto a travar com eles um debate franco e direto em que ambos os contendores têm os mesmos direitos e as mesmas prerrogativas de vez e voz.

Nessa relação simétrica de diálogo, aceita a primeira crítica de o prêmio não lhe caber, por ainda não ter realizações a mostrar. Embora a crítica se dirigisse antes à Instituição outorgante da distinção do que ao outorgado com ela, o ator da enunciação reconhece ser ela justa, pois, comparados com as realizações de “gigantes da história” como Schweizer e King, Marshall e Mandela, e com as dos “milhões de pessoas que passam despercebidas mas cujos atos silenciosos de coragem e compaixão inspiram até mesmo os mais cínicos”, os seus feitos são modestos.

Em suma, esse primeiro momento do discurso analisado revela um *éthos* cortês e humilde do enunciador. *Cortês*, na medida em que, com respeito e reverência, seguindo o ritual de praxe, cumprimenta as altezas reais da Noruega, os representantes da Instituição que lhe concedeu o prêmio, e também os cidadãos do mundo, em particular, os seus concidadãos compatriotas; e mostra-se *humilde*, nos efeitos de sentido produzidos pela enunciação enunciada, no registro de que é pequeno diante da grandeza do Prêmio do Nobel da Paz, no enaltecimento dos méritos de laureados anteriores e de quantos, anonimamente, dedicaram a sua vida à nobre causa da paz, e, por último, no reconhecimento de que todos esses, particularmente os anônimos, são muito mais merecedores da honraria que ele.

Entretanto, é preciso considerar que, na manifestação desse *éthos*, com os recursos enunciativos e figurativos de que o narrador se vale, desponta também um ator da enunciação hábil estrategista do discurso, na medida em que, colocando-se cortês e humilde, seduz o destinatário, reconhece e valoriza-o, apresentando-se como alguém que quer falar com ele de igual para igual, de forma franca e aberta. Dessa forma e acolhendo o ponto de vista de seus críticos, não só abranda a força de seu julgamento e conquista sua simpatia, mas também prepara as condições para persuadi-los com a argumentação subsequente, por meio da qual se defende da segunda e principal crítica, a de que é incoerente aceitar uma premiação que celebra a paz quando se é presidente de um país conhecido, no cenário mundial, como o maior protagonista de guerras.

### **Coragem e responsabilidade**

*Mas talvez a mais profunda questão quanto à minha escolha para este prêmio seja minha posição como comandante-em-chefe de um país que está envolvido em duas guerras.*

*Uma dessas guerras está se encerrando. A outra é um conflito que os Estados Unidos não procuraram, e no qual contamos com a participação de 40 outros países – entre os quais a Noruega – em um esforço por defender a nós, e todas as nações, contra novos ataques.*

*Ainda assim, estamos em guerra, e sou responsável pelo envio de milhares de jovens norte-americanos ao combate em terras distantes. Alguns deles matarão. Outros serão mortos. E por isso venho a vocês conhecendo o custo de um conflito armado, e repleto de questões difíceis sobre o relacionamento entre guerra e paz e nosso esforço por substituir a primeira pela segunda (OBAMA, 2009).*

Com o início da argumentação, o narrador mantém em evidência o ator da enunciação humilde, que reconhece os fatos de que é acusado: o seu país está, efetivamente, envolvido em duas guerras, a do Iraque e a do Afeganistão. Assumindo, assim, o princípio de que contra fatos não há argumentos, parece dar

mais uma vez razão a seus críticos. É verdade que tenta atenuar o impacto da crítica, afirmando que a primeira guerra “está se encerrando”, e que a outra não é protagonizada unicamente por seu país, mas por mais 40 outros, inclusive pelo país que lhe confere o prêmio. É igualmente atenuante a justificativa de que essa ação conjunta de vários países é movida por autodefesa.

Contudo, apesar dessas alegações, erige-se, na sequência, um ator da enunciação envolto em contradição, ao admitir não ter como negar que seu país está em guerra e que ele próprio é responsável por mobilizar milhares de jovens para esse fim. A contradição toma vulto particular ao ser assumida e anunciada em pleno palco iluminado da exaltação da paz. Nesse momento e espaço singular, em que é imperioso defender a paz, não só para ser coerente com a láurea que lhe é conferida, mas também para atender ao anseio e ao apelo da humanidade por um mundo pacífico, é altamente constrangedor o fato de o ator da enunciação ter de confessar que é o responsável direto por promover a guerra.

Mais fácil seria não falar em guerra, desconhecer os fatos e ofuscá-los com palavras bonitas e promessas reluzentes, mas irrealizáveis. No entanto, por mais que priorize a busca da paz, revela-se um ator da enunciação realista, com plena consciência dos fatos, em que paz e guerra assumem uma relação complexa, segunda a qual, para assegurar a primeira, por vezes se impõe a segunda, por mais paradoxal que isso possa parecer. Desponta, a partir deste momento do discurso, o *éthos* do chefe de Estado, e, em especial, o *éthos* de chefe de Estado de um país democrático. Como tal, além de saber que os grandes problemas de um país e do mundo são complexos, pois têm causas e consequências múltiplas, reconhece que sua solução precisa ser analisada sob diferentes pontos de vista. Assume, assim, como líder de um país democrático, que suas decisões exigem, internamente, o aval do parlamento e outras representações populares e, externamente, o apoio dos aliados internacionais. Somente líderes fascistas e profascistas podem se aventurar em discursos aventureiros e irresponsáveis, que atacam e desestabilizam as instituições democráticas, justamente por não terem apreço por elas.

O líder de um país democrático, portanto, não pode ser afoito em seu discurso para agradar à plateia. Cabe-lhe mostrar ponderação, prudência e responsabilidade, o que implica não poder descartar, em necessidade eventual, nem mesmo a guerra para assegurar a paz e a liberdade. Não havendo mais estratégias diplomáticas para conter o avanço da intolerância de ditadores sanguinários e regimes corruptos que massacram sua própria população e ameaçam as de outros países, talvez seja ela o último recurso para contê-los. É a guerra justa, que se define como uma firme decisão de intolerância diante daqueles “que negam a ideia mesma de tolerância” (BOBBIO, 2002, p. 153). A propósito dos limites da tolerância, Bobbio se pergunta: “Devem ser tolerados os intolerantes?” E responde:

*[...] na realidade, o único critério com base no qual se pode considerar lícita uma limitação da regra de tolerância é o que está implícito na ideia mesma de tolerância, que se pode formular brevemente do seguinte modo: todas as ideias devem ser toleradas, menos aquelas que negam a ideia mesma de tolerância.*

É da guerra justa que o ator da enunciação vai se ocupar preponderantemente no restante do discurso. Inicialmente, revela-se um conhecedor da história das guerras, cujas causas e consequências brevemente resenha, mostrando avanços e recuos, sucessos e fracassos nas negociações de paz. De suas consi-

derações, chega à sua tese principal, a de que “pensemos de novas maneiras sobre o conceito de guerra justa e sobre o imperativo de uma paz justa”.

### **Realidade e sonho**

*Devemos principiar reconhecendo a dura verdade de que não será possível erradicar os conflitos violentos em curto prazo. Haverá momentos em que nações – agindo individualmente ou em alianças – considerarão o uso da força não apenas necessário como moralmente justificado.*

*Faço essa afirmação tendo em mente aquilo que Martin Luther King declarou nesta mesma cerimônia, anos atrás: “A violência jamais traz paz permanente; não resolve problemas sociais, e apenas cria problemas novos e ainda mais complicados”. Como alguém que só pode ocupar sua atual posição em consequência direta do trabalho empreendido por King, sou prova viva da força moral da não violência. Sei que não há nada de fraco – nada de passivo – nada de ingênuo – no credo e nas vidas de Gandhi e King.*

*Mas como chefe de Estado cujo dever jurado é proteger e defender minha nação, não posso me deixar orientar apenas por esses exemplos. Encaro o mundo tal qual é, e não poderia me manter ocioso diante de ameaças ao povo norte-americano. Porque eis uma verdade: o mal persiste no mundo. Um movimento não violento não teria sido capaz de deter os exércitos de Hitler. Negociações não são capazes de convencer os líderes da Al Qaeda a baixar as armas. Dizer que a força é ocasionalmente necessária não representa um apelo ao cinismo, mas um reconhecimento da História, das imperfeições do homem e dos limites da razão (OBAMA, 2009).*

Se antes despontavam os primeiros traços de um *éthos* de homem de Estado, de chefe de uma nação, daqui para a frente esse *éthos* se afirma de forma clara e explícita. Como sujeito do fazer, o chefe de Estado se vê manipulado por duas forças: o *querer fazer*, traduzido no desejo e no sonho de um mundo pacífico sem que para tanto fossem necessários a dor e o sofrimento; e o *dever fazer* imposto pelos fatos, pela “dura verdade”, “pelo mundo tal qual é”. Não que a “força moral da não violência”, como o demonstraram Gandhi e King, não deva ser reconhecida e cultivada, mas ela não é suficiente para encarar o mundo tal como é. Os exércitos de Hitler e os terroristas da Al-Qaeda, por negarem a própria ideia da tolerância, não seriam dissuadidos de seus propósitos por meio de negociações e apelos, mas unicamente por uma ação contrária igualmente intolerante, a guerra. Embora mais se evidencie nessa passagem o *éthos* de chefe de Estado, de homem que conhece a história, que tem consciência das “imperfeições dos homens e dos limites da razão”, dela também emerge o *éthos* do homem sensível, que sonha, que alimenta ideais, mas que se mantém na realidade da vida, paradoxal como ela é: enquanto enfrenta os embates da existência, não deixa de alimentar a esperança por Pasárgada.

Charaudeau (2018, p. 148) assevera que, quando, no discurso político, o “ser humano é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos mais íntimos”, o enunciador revela seu *éthos* de humanidade. Identifica-se com este *éthos* o ator da enunciação sensível a que nos referimos, cuja sensibilidade, eventualmente percebida como confissão de “fraqueza”, é “contrabalanceada por um *éthos* de ‘coragem’ e



de ‘sinceridade’” (CHARAUDEAU, 2018, p. 149, grifo do autor). Constrói-se assim um ator da enunciação pleno, cujo caráter humano legitima suas ações racionais e objetivas de chefe de Estado, até mesmo quando implicam decisões à primeira vista não coerentes com os propósitos almejados. É com base nesse *éthos* humano, com senso profundo do custo de um conflito armado, e no de estadista esclarecido, que se constrói a imagem de autoridade do ator da enunciação, a de um governante em quem se pode confiar. Reconhecido como autoridade, granjeada a confiança de seus destinatários, seu discurso ganha força de verdade. Suas ordens e decisões são recebidas como um *dever-fazer*, por não existirem outras maneiras de se lidar com os que têm a intolerância como seu princípio de ação. Trata-se de uma comunicação coercitiva, na medida em que “a coerção consiste, nesses casos, na impossibilidade de se posicionar de forma neutra, de se retirar de algum modo do processo de comunicação” (GREIMAS, 2014, p. 225).

### **Messianismo e imolação**

A força de verdade do discurso também se revela em traços composicionais e estilísticos de passagens do enunciado-discurso próprios do gênero sacro. Entende-se por sacralização do discurso político o estabelecimento de relações entre esse campo e o do discurso religioso, de modo que o discurso político tome do campo religioso conceitos ou características (FIORIN, 2013, p. 29). Algumas marcas de sacralização apontadas por Fiorin ocorrem na passagem acima e reiteram o ator da enunciação chefe de Estado. Observe-se o primeiro parágrafo:

*Devemos principiar reconhecendo a dura verdade de que não será possível erradicar os conflitos violentos em curto prazo. Haverá momentos em que nações – agindo individualmente ou em alianças – considerarão o uso da força não apenas necessário como moralmente justificado* (OBAMA, 2009).

O pronome *nós*, inclusivo, por meio do qual o destinador convoca os destinatários à ação conjunta (“Devemos principiar [...]”); a proclamação solene de fatos e verdades, não necessariamente comprováveis, projetados num futuro indefinido (“[...] não será possível erradicar os conflitos violentos [...]”, “Haverá momentos em que nações considerarão [...]”), como se fossem profecias, são traços estilísticos e de composição inerentes ao discurso religioso, mais especificamente ao gênero discursivo sermão.

Converge ainda para a sacralização de seu discurso o fato de o destinador declarar-se servidor de seu país (“[...] como chefe de Estado cujo dever jurado é proteger e defender minha nação [...]”), entendido aqui como uma espécie de entidade de natureza transcendental, a nação, pela qual todo sacrifício é justificável. A nação, segundo Fiorin (2013, p. 32), “torna-se um valor supremo, dotado de soberania absoluta. Ela adquire uma transcendência e, assim, o campo político, investido de valores transcendentais, torna-se o pivô de crenças, mitos, ritos e símbolos”. E, ao se colocar como um defensor dessa nação deificada, o narrador constrói a imagem de um enunciatador também sacralizado, de um Moisés em busca do bem de seu povo, o que pode desencadear o surgimento de “um culto a um chefe que personifica a entidade personificada” (FIORIN, 2013, p. 32).

Nesse sentido atua também o apelo aos grandes ícones da história. A nação se corporifica na força icônica de Martin Luther King Jr. já erigido, ao menos no

conhecimento de seus concidadãos americanos, como um herói da nação e, quiçá, do mundo, que deu sua vida por causas de anseio universal, como a justiça e a democracia. A figura de King, produto de sacralização histórico-discursiva, está, então, a serviço da construção de uma sacralização da figura da nação.

Com efeito, o destinador, ao exaltar King por meio de um aforisma (“A violência jamais traz paz permanente; não resolve problemas sociais, e apenas cria problemas novos e ainda mais complicados”), não apenas traz à memória de seus destinatários a figura do herói, mas também reporta suas palavras em discurso direto. Tal procedimento, segundo Fiorin (1988, p. 141), tem orientação religiosa: “Cabe lembrar que geralmente a palavra divina aparece relatada em discurso direto, porque este cria um efeito de verdade à medida que sugere que se manteve, na íntegra, a palavra do outro”. Também Maingueneau (2014, p. 38) se manifesta nesse sentido, mostrando como a *aforização* produz efeitos de sentido próprios do discurso religioso:

*Na realidade, o aforizador ideal é o aforizador morto e memorável. Voz vinda de outra dimensão, o morto não mais enuncia numa situação de comunicação particular; ele fala a todos, ele diz, de forma absoluta, a partir de um corpo glorioso desvinculado da contingência das situações de fala. Todo morto memorável deixa falas memoráveis e, essencialmente, uma quantidade de significativas aforizações. É essa a lógica que leva um jornal gratuito a associar cotidianamente ao “santo dia” um ou mais “pensamento(s)”, prolongando desse modo, num contexto bem diferente, a prática de imagens piedosas de outrora, sistematicamente adornadas com um “pensamento” de algum grande santo.*

A sacralização do discurso, no contexto em que o identificamos, torna-se um forte componente argumentativo do narrador, na medida em que erige um ator da enunciação único, singular, alçado a uma instância de saber e fazer superior, da qual lhe advém a autoridade de chefe de Estado e a confiança nele depositada pelos cidadãos. Com tais prerrogativas lhe é conferida credibilidade nas decisões, mesmo que conflitem com os desejos imediatos do “povo” e com os grandes ideais dos heróis nacionais.

Outra estratégia de que o narrador se vale para construir um ator da enunciação com autoridade e com credibilidade, imune a críticas e questionamentos, é a de argumentar com base em dois quadros de valores: num, circulam os valores mitológicos e, noutro, os da “realidade como ela é”. No primeiro, encontram-se Gandhi e King, aos quais o ator da enunciação pode aderir plenamente, sem receio de entrar em contradição, já que eles argumentam no plano do ideal, do intangível. No segundo, no entanto, os parâmetros são outros. Embora, no plano ideal, também opere por um *não-querer-fazer* guerra, ele declara estar preso a um *não-poder-não-fazer* imposto por atuar como chefe de Estado no mundo real, em cuja lógica pode a guerra ser defensável.

Aliás, o apelo ao realismo é um recurso comum no discurso político, seja para fundamentar decisões amargas, mas necessárias, seja para justificar metas não atingidas. Charaudeau (2018, p. 131) considera que

*O discurso de justificação, feito em nome do realismo, desloca-se, saindo dos princípios e dirigindo-se para a aplicação e a maneira de fazer. Ele consiste em persuadir o interlocutor de que não há boas ideias em si mesmas, de que as ideias têm seu valor apenas na medida em que podem ser aplicadas. Tenta-se*

*fazer aceitar a ideia de que realizar um projeto político, qualquer que seja seu valor transcendental, passa necessariamente pelas suas limitações. O realismo exclui toda posição extremista e racial. Ele afirma que o resultado adquirido vale mais que resultado algum; tal como a imagem do cirurgião que diria: “É preciso saber sacrificar um membro para salvar o corpo”.*

O autor confirma a lógica a que nos referimos há pouco, na medida em que os grandes princípios e as “boas ideias em si mesmas” se situariam no quadro de uma argumentação ideal, mas, quando aplicados à realidade, revelam alcance limitado. Um chefe de Estado, portanto, sem negar a lógica dos grandes ideais, precisa administrá-la segundo a racionalidade do fluxo dos acontecimentos.

Construído assim um ator da enunciação chefe de Estado, com o perfil messiânico que reivindica, o narrador prossegue no dimensionamento desse *éthos*, revelado, agora, na defesa da ação militar de seu país, os Estados Unidos.

*Menciono esse ponto porque em muitos países existe uma profunda ambivalência quanto às ações militares hoje em curso, não importa qual seja a causa. Há momentos em que essa ambivalência vem acompanhada por suspeitas instintivas quanto aos Estados Unidos, a única superpotência militar do planeta. No entanto, o mundo precisa lembrar que não foram apenas as instituições internacionais – e não só os tratados e declarações – que geraram a estabilidade existente no mundo pós-Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos ajudaram a sustentar a segurança mundial por mais de seis décadas, com a força de nossas armas e o sangue de nossos cidadãos. O serviço e sacrifício de nossos militares, homens e mulheres, ajudou a promover a paz e a prosperidade da Alemanha à Coreia, e permitiu que a democracia fncasse raízes em lugares como os Bálcãs. Nós arcamos com esse fardo não porque desejemos impor nossa vontade; o fizemos em nome de um autointeresse esclarecido, porque desejamos um futuro melhor para nossos filhos e netos, e acreditamos que suas vidas serão melhores caso os filhos e netos de outros povos possam viver em liberdade e prosperidade (OBAMA, 2009).*

Diante da ambivalência que reconhece existir por parte de muitos países em relação à ação militar americana, o narrador sustenta que “não foram apenas as instituições internacionais e não só os tratados e declarações que geraram a estabilidade existente no mundo pós-Segunda Guerra Mundial”, mas também é “fato incontornável” que “o sangue de nossos cidadãos”, “a força de nossas armas” e “o serviço e o sacrifício de nossos homens e de nossas mulheres de uniforme promoveram a paz e a prosperidade” pelo mundo afora e consolidaram a democracia “em lugares como os Bálcãs”.

Observe-se que o narrador inicia essa intervenção falando em primeira pessoa (“Menciono esse ponto”), mas, quando inicia a argumentação em favor da atuação bélica de seu país, ele assume o *nós* em que se manifesta com seu povo (“Nós arcamos com esse fardo”). Com o peso e a força desse narrador ampliado, ele reitera uma tese anterior de que nem sempre a diplomacia, a negociação e os acordos bastam, sendo a guerra, em situações determinadas, necessidade incontornável para a garantia da paz. Não uma guerra movida por interesses egoístas de “impor nossa vontade”, mas “por um autointeresse esclarecido”, cujo preço foi o *sacrifício* de “nossos homens e mulheres” e o *sangue* de “nossos cidadãos”. Do discurso da autoimolação (*sangue* e *sacrifício*), no altar das nobres

causas da “liberdade” e da “prosperidade”, emerge um ator da enunciação despreendido, com grandeza altruísta, na medida em que incorpora o idealismo patriótico de morrer por seu povo (“[...] um futuro melhor para nossos filhos e netos [...]”) e até mesmo pelos filhos e netos de outros. Mais uma vez, eleva-se o *éthos* de chefe de Estado de configuração messiânica, que, no âmbito de uma nação mitificada, consegue tanto justificar e, até mesmo, dignificar ofensivas militares de seu país quanto ofuscar as consequências negativas delas.

Com efeito, as cores sacrificiais e oblativas com as quais o narrador pintou a participação dos militares norte-americanos no mundo são igualmente utilizadas para construir um ator da enunciação furtivo, que busca encobrir razões interesseiras e os efeitos danosos do ativismo bélico americano.

Rossi (2009, p. A16), referindo-se ao seletismo histórico com que o narrador constrói a imagem de sua “nação-deidade” no discurso e o consequente perfil de um ator da enunciação messiânico, comenta:

*É igualmente compreensível que o comandante em chefe faça o elogio do papel que os Estados Unidos desempenharam no mundo desde que se tornaram uma grande potência. Mas não é aceitável que um Nobel da Paz cometa omissões graves no balanço histórico. [...] Faltou dizer que os EUA, particularmente na América Latina, impediram que a democracia se firmasse, patrocinando incontáveis golpes de Estado que custaram o sangue de cidadãos de outros países.*

O protesto do jornalista é endossado, também, pelo relato historiográfico do saldo para as nações do mundo, do período que ficou conhecido por Guerra Fria:

*A Guerra Fria continuou nos anos 1960 e 1970, e os EUA nela atuaram por meio de apoio militar, financeiro e político a governos, com golpes militares no Brasil em 1964, no Chile em 1973, no Uruguai em 1974, na Argentina em 1976, na Indonésia em 1965, no Congo em 1963, todos sustentados por uma repressão brutal de oposições e constantes violações de direitos humanos (KARNAL et al., 2007, p. 242).*

Fica evidente, então, que a messianização do ator da enunciação e a mitificação da nação em nome de quem fala são uma estratégia argumentativa destinada, ao mesmo tempo, a sustentar a necessidade de uma guerra justa e, nela, a validar as iniciativas do arrojo bélico americano e a amortecer o impacto das reprovações de seus críticos.

Esse contexto é também altamente favorável à veiculação dissimulada da ideologia da “doutrina do destino manifesto” na política externa americana:

*[...] a crença de que a nação norte-americana “anglo-teutônica” é superior do ponto de vista racial e tem uma missão civilizatória a realizar; nesse sentido, o mundo estaria sendo beneficiado com a expansão, bem como a guerra manteria as virtudes morais altas e os espíritos disciplinados, em pressupostos bem próximos aos do darwinismo social (KARNAL et al., 2007, p. 170).*

Essa ideologia, essência que fundamenta a sacralização da nação como deidade, concorre para consolidar o *éthos* de chefe de Estado, na medida em que, no púlpito do Nobel da Paz, anuncia para o mundo que seu país assume, ainda que com o *sangue* e o *sacrifício* de seus filhos, a nobre missão que lhe foi “destinada” de disseminar pelo mundo a democracia e a justiça, a liberdade e a prosperidade, enfim, de assegurar a paz e a estabilidade.

### **Exortação e conselho**

Na parte final do discurso, depois de reiterar mais uma vez que a paz e a guerra são irreconciliáveis e que a esta só se deve recorrer diante de impasses incontornáveis por outros meios, o narrador constrói um ator da enunciação – já imbuído da autoridade e da responsabilidade que o cargo de chefe de Estado da maior potência econômica e militar do Ocidente lhe confere – orientador, exortador e conselheiro. Com tal configuração, em tom retórico, marcado por traços do discurso sacro do gênero sermonístico, dirige-se a seus destinatários perguntando:

*Que forma essa evolução poderia assumir? Que passos práticos poderíamos dar?* (OBAMA, 2009).

E responde, sempre focado no tema central da “guerra justa” de que se ocupa em todo o discurso:

*Para começar, acredito que todas as nações – fortes e fracas igualmente – devem aderir a padrões que orientem o uso da força. Eu – como qualquer outro chefe de Estado – me reservo o direito de agir unilateralmente, se necessário, para defender minha nação. Mas mesmo assim estou convencido de que a adesão a padrões torna mais fortes aqueles que o fazem, e isola – e enfraquece – aqueles que não.*

[...]

*Permitam-me uma última consideração sobre o uso da força: enquanto tomamos decisões difíceis sobre ir ou não à guerra, devemos também pensar claramente sobre como a guerra deve ser travada. O Comitê do Nobel reconheceu essa verdade ao conceder seu primeiro prêmio da paz a Henri Dunant, fundador da Cruz Vermelha e um dos mais importantes proponentes das convenções de Genebra.*

*Nos casos em que a força seja necessária, temos interesse moral e estratégico em nos apegarmos a determinadas regras de conduta. E mesmo que confrontemos um adversário malévolo que não respeita quaisquer regras, acredito que os Estados Unidos da América devam manter sua posição como baluartes de uma conduta justa em situações de guerra. É isso que nos torna diferentes daqueles a quem combatemos. Essa é uma das fontes de nossa força. Por isso proibi a tortura. Por isso ordenei o fechamento da prisão na Baía de Guantánamo. E por isso reafirmei o compromisso dos Estados Unidos para com as convenções de Genebra. Nós nos perdemos ao comprometer os ideais que combatemos para defender. E honramos esses ideais ao mantê-los não apenas quando isso é fácil, mas também quando é difícil* (OBAMA, 2009).

Inicialmente ensina que, enquanto as instituições humanas não puderem prescindir da guerra, esta deve orientar-se por regras e padrões de conduta a que todas as nações, fortes e fracas, devem igualmente aderir. Destaque-se, no entanto, que o narrador não afirma, categoricamente, que as nações *devem* aderir a “regras de conduta”, mas acentua que *acredita* que elas devam: “[...] *acredito* que todas as nações – fortes e fracas igualmente – devem aderir a padrões que orientem o uso da força”; “[...] *estou convencido* de que a adesão a padrões torna mais fortes aqueles que o fazem, e isola – e enfraquece – aqueles que não”; “[...] *acredito* que os Estados Unidos da América devam manter sua posição como baluartes de uma conduta justa em situações de guerra”. O *acreditar-que-deve*,

usado, aqui, no sentido de *achar ou pensar-que-deve*, abre-se a duas leituras, ambas atenuadoras: a de um ator da enunciação conselheiro e admoestador, que, para evitar a arrogância e o caráter autoritário do ordenamento, *propõe e sugere* de forma cortês, com base em suas convicções; e a de um ator da enunciação cauteloso que, para não ser contradito pelas práticas de guerra recentes do exército de seu próprio país, evita impor normas de conduta para os outros.

O ator da enunciação conselheiro e admoestador cortês, disposto ao diálogo, já se evidencia na própria pergunta que introduz a passagem aqui em análise. Perguntar é sempre um convite à manifestação do interlocutor, e formular esse convite, com o verbo no futuro do pretérito (“poderia assumir”, “poderíamos dar”), é seguramente um gesto de polidez. Acresça-se a isso o *nós* inclusivo da última locução verbal (“poderíamos dar”) em que se mostra um ator da enunciação comprometido com o que propõe, disposto a assumir uma atuação em conjunto com seus parceiros internacionais para a consolidação da paz. Além disso, o *éthos* de deferência e lhaneza se ratifica explicitamente na sequência do discurso, em evidente fala de exortação, em que é recorrente a expressão de cortesia “permitam-me”, conforme mostram estes segmentos: “*Permitam-me* uma última consideração sobre o uso da força: enquanto tomamos decisões difíceis sobre ir ou não à guerra, devemos também pensar claramente sobre como a guerra deve ser travada”; “Mas *permitam-me* discorrer agora sobre nossos esforços para evitar essas trágicas escolhas, e falar sobre os três caminhos existentes para que construamos uma paz justa e duradoura”; “*Permitam-me* afirmar o seguinte: a promoção dos direitos humanos não pode ser realizada apenas por exortação” (grifo nosso).

Entretanto, os índices que apontam para a segunda leitura, a de um ator da enunciação cauteloso, e até temeroso, não são menos evidentes na passagem em análise. Considere-se este segmento: “temos interesse moral e estratégico em nos apegarmos a determinadas regras de conduta”. Do Nobel da Paz, no momento e no palco da recepção do prêmio, era de se esperar um pronunciamento mais contundente que afirmasse não só um *interesse* moral, mas sim um *dever* e uma *obrigação* moral de seguir um código de conduta em guerras.

Acentua-se esse caráter cauteloso e até temeroso do ator da enunciação, quando, para atestar a postura de seu país em relação ao cumprimento de regras de conduta em guerras, só reporta ações isoladas e restritas a sua decisão pessoal: “Por isso *proibi* a tortura. Por isso *ordenei* o fechamento da prisão na Baía de Guantánamo. E por isso *reafirmei* o compromisso dos Estados Unidos para com as convenções de Genebra”. Essas ações, mais do que testemunhar a favor de seu argumento, conduzem o ator da enunciação a um impasse argumentativo, uma vez que, por afirmá-las, obriga-se a admitir a brutalidade com que seu antecessor lidou com prisioneiros de guerra. Em outras palavras, a história recente da “ética” de guerra de seu país não ampara sua pregação em prol da determinação de regras claras do que é e não é permitido em conflitos armados. É marcante o efeito de sentido produzido pela enunciação neste ponto do discurso. A autoridade que antes se manifestava na dimensão de um *nós*, que falava em nome de seu país e de seu povo, dá, agora, lugar a um narrador *eu*, revelador de um ator da enunciação destituído de sua amplitude enunciativa, que toma decisões em seu próprio nome. Emerge, portanto, desse deslocamento enunciativo, um ator da enunciação que, por falta de argumentos institucionais para se defender e ancorar seu ponto de vista, vê-se impelido a

apresentar suas próprias iniciativas como exemplos a seguir, na institucionalização de padrões e condutas de guerra.

Por fim, nos últimos parágrafos do discurso, as palavras de exortação reafirmam o *éthos* messiânico do enunciador já identificado em passagens anteriores, conforme atesta esta passagem, em sua caracterização de prédica religiosa:

*A adesão a essa lei do amor sempre foi o conflito básico na natureza humana. Somos falíveis. Cometemos erros, e caímos vítimas da tentação do orgulho, do poder e ocasionalmente do mal. Mesmo os mais bem-intencionados entre nós ocasionalmente fracassam em corrigir os erros que todos contemplamos (OBAMA, 2009).*

A evolução desse discurso sacralizado, do alto do púlpito do Nobel da Paz, segue até o fim, reacentuado por traços marcadamente retóricos, indícios de um ator da enunciação consciente de seu papel, naquele momento e naquele lugar da enunciação.

*Mas não precisamos acreditar que a natureza humana é perfeita para que ainda acreditemos que a condição humana pode ser aperfeiçoada. Não precisamos viver em um mundo idealizado a fim de podermos continuar lutando por aquelas ideias que farão dele um lugar melhor.*

[...]

*Porque, se perdermos essa fé, se a descartamos como tola ou ingênua, e se separarmos dela as decisões que tomamos sobre questões de paz e guerra, teremos perdido o que a humanidade tem de melhor. Perderemos nossa sensibilidade. Perderemos a nossa bússola moral.*

*Assim, que procuremos criar o mundo como ele deveria ser – que procuremos aquela fagulha do divino que ainda brilha em nossas almas (OBAMA, 2009).*

O traço composicional de reduplicações lexicais sucessivas e de estruturas sintáticas de mesma natureza em coordenação, se não lembra propriamente o discurso religioso, evoca nitidamente a oratória exortativa do político do alto de sua tribuna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do discurso erigiu um ator da enunciação que foi se construindo passo a passo, à medida que foi evoluindo o processo argumentativo. Inicialmente, apresenta-se o homem profundamente reconhecido e humilde diante da grandeza do Prêmio e da superioridade dos feitos daqueles que foram agraciados com ele no passado. Com esse perfil de homem humilde, acolhe as posições críticas dos que não viram nele méritos para a láurea concedida, já que estava no início de sua trajetória como presidente dos Estados Unidos. Reconhecendo-as, ameniza o impacto negativo delas e impede que aflore em sua fala qualquer efeito de arrogância ou convencimento. Além disso, ao dar-lhes razão, ao mesmo tempo que conquista alguma simpatia dos mais severos, mostra-se hábil na argumentação, pois precisa de sua anuência para, logo adiante, confrontá-los em contexto mais polêmico.

Trata-se, agora, de enfrentar a segunda crítica – a de que é incoerente conferir o Nobel da Paz a quem é presidente de um país que promove e apoia guerras

pelo mundo. Mais uma vez, revela-se o homem humilde que não nega os fatos, mas assume-os com a difícil tarefa de sustentar uma argumentação para justificá-los. Desponta, neste momento, o homem corajoso e responsável, o *chefe de Estado*, que tem de enfrentar os fatos em toda a sua complexidade, entre os quais a necessidade eventual da guerra para assegurar a paz.

Posto o argumento, sustenta-o, na sequência, desenvolvendo o conceito da guerra justa. Mostra-se, nesta evolução, o homem sensível aos apelos dos grandes pacifistas da história, que sabe, no entanto, contrabalancear a defesa dos nobres anseios de um mundo ideal com a confissão de que uma paz duradoura só resulta de duro trabalho no mundo real. Com base nesse equilíbrio entre o homem sensível e chefe de Estado corajoso e sincero, constrói-se um ator da enunciação com autoridade para tomar decisões de Estado, por duras e impopulares que sejam.

A autoridade assim construída se consolida na evolução do discurso. A recorrência a traços próprios do discurso religioso vai configurando o ator da enunciação messiânico, por vezes profético. Fala em nome da nação, e enaltece a disposição de seus homens e mulheres ao sacrifício e até à imolação em prol do bem-estar próprio e dos filhos das outras nações.

Investido de autoridade, messianicamente configurada, o discurso encerra-se na voz de quem se sente no direito e no dever de exortar e aconselhar seus destinatários. Ensina, mantendo os traços de um discurso sacralizado, que a guerra seja o último recurso para a consecução da paz. E quando ela for incontornável, é preciso que todas as nações entrem em acordo sobre padrões e condutas que instituíam uma “ética” de guerra.

Particularmente, neste seu papel exortador, mas também em momentos anteriores do discurso, emerge, por vezes, um ator da enunciação constrangido por não encontrar, na história passada de seu país, o melhor exemplo para amparar seus ensinamentos. É a “Triste ironia atroz que o senso humano irrita:/ — Ele que doira a noite e ilumina a cidade,/ talvez não tenha luz na choupana em que habita” (LIMA, 1958, p. 208). Entende-se que, no palco iluminado do Nobel, tente dissimular a situação, evitando que os malfeitos de sua nação tomem evidência.

#### **THE ACTOR OF ENUNCIATION IN BARACK OBAMA’S SPEECH AT THE NOBEL PEACE PRIZE RECEPTION**

**Abstract:** We define the object of this study as a product of enunciation. It is the elements accessible in it that reveal the enunciator’s strategies in the construction of the actor of enunciation, which emerges, basically, from the enunciative-argumentative operations between enunciator and enunciatee, and from the way the narrative structures assume concreteness and corporeality through figurative and thematic investments. From the analysis of these elements, it emerged, in the analyzed discourse, the head of State aware of his role as a leader in building world peace.

**Keywords:** Discourse. Actor of enunciation. Discursive *ethos*. Barack Obama. Nobel Peace Prize.



**REFERÊNCIAS**

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019.
- BOBBIO, N. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- FIORIN, J. L. A multiplicação dos éthe: a questão da heteronímia. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 55-69.
- FIORIN, J. L. A sacralização da política. In: FULANETI, O. N.; BUENO, A. M. *Linguagem e política: princípios teóricos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2013.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- FIORIN, J. L. *O Regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o Sentido II: ensaios semióticos*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.
- GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 2008.
- KARNAL, L. et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- LIMA, J. de. O acendedor de lampiões. In: COUTINHO, A. (org.). *Jorge de Lima*. Obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. v. I, p. 208.
- MAINGUENEAU, D. *Frases sem texto*. Tradução Sírio Possenti et al. São Paulo: Parábola, 2014.
- OBAMA, B. Confirma o discurso de Barack Obama ao receber o Nobel da Paz. *Terra*, 2009. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/confira-o-discurso-de-barack-obama-ao-receber-o-nobel-da-paz,602dfa2aa9aea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ROSSI, C. Falou o comandante em chefe. *Folha de S. Paulo*, 11 dez. 2009.